

“O SUS DENTRO DO ARMÁRIO”: ITINERÁRIOS INFORMAIS PERCORRIDOS POR SUJEIT@S NO PROCESSO DE TRANSEXUALIZAÇÃO FRENTE AOS IMPASSES DO SISTEMA DE SAÚDE

"THE SUS INSIDE THE CLOSET": INFORMAL ITINERARIES TAKEN BY SUJEIT@S IN THE PROCESS OF TRANSEXUALIZATION IN THE FACE OF THE IMPASSES OF THE HEALTH SYSTEM

"EL SUS DENTRO DEL ARMARIO": ITINERARIOS INFORMALES DE SUJEIT@S EN PROCESO DE TRANSEXUALIZACIÓN ANTE LOS IMPASSES DEL SISTEMA DE SALUD

Luís Paulo Souza e Souza¹

RESUMO: O Processo Transexualizador foi instituído em 2008 no Brasil, passando a permitir o acesso a procedimentos com hormonização, cirurgias de modificação corporal e genital, assim como acompanhamento multiprofissional. O programa foi redefinido e ampliado pela Portaria 2803/2013, passando a incorporar como usuários do processo transexualizador do SUS os homens trans e as travestis, tendo em vista que até então apenas as mulheres trans eram assistidas pelo serviço. No entanto, o que se percebe é que poucas pessoas conseguem ter o acesso à saúde, direito humano fundamental assegurado e garantido por lei, fundamentado no princípio da igualdade. A criação do processo transexualizador do SUS sinaliza-se como importante avanço na universalização desta à população trans brasileira e uma grande conquista dos movimentos sociais. Contudo, a efetivação desse programa ainda coloca alguns desafios para gestores e trabalhadores do SUS. Mas especialmente pela população Trans, visto que ainda são poucos serviços e há questões que limitam o acesso a maior parte de nossa população.

Palavras-chave: Transexualidade. Despatologização. Políticas Públicas. Direito à Saúde. Atenção integral.

INTRODUÇÃO

O Processo Transexualizador foi instituído em 2008 no Brasil, passando a permitir o acesso a procedimentos com hormonização, cirurgias de modificação corporal e genital, assim como acompanhamento multiprofissional. O programa foi redefinido e ampliado pela Portaria 2803/2013, passando a incorporar como usuários do processo transexualizador do SUS os homens trans e as travestis, tendo em vista que até então apenas as mulheres trans eram assistidas pelo serviço. No entanto, o que se percebe é que poucas pessoas conseguem

¹Doutor em Saúde Pública; Professor Adjunto do Curso de Medicina da Universidade Federal do Amazonas. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Saúde da Família da UFAM e Fiocruz.

ter o acesso à saúde, direito humano fundamental assegurado e garantido por lei, fundamentado no princípio da igualdade. A criação do processo transexualizador do SUS sinaliza-se como importante avanço na universalização desta à população trans brasileira e uma grande conquista dos movimentos sociais. Contudo, a efetivação desse programa ainda coloca alguns desafios para gestores e trabalhadores do SUS. Mas especialmente pela população Trans, visto que ainda são poucos serviços e há questões que limitam o acesso a maior parte de nossa população.

Embora não existam números precisos sobre a real população de transexuais no Brasil, a revista britânica *The Lancet* publicou dados em 2016 apontando que entre 0,4% e 1,3% das pessoas com mais de 15 anos não se identifica com seu sexo biológico, o que permite estimar em pelo menos 25 milhões o total de trans no mundo. Utilizando esses índices para a população brasileira, é possível afirmar que há entre 752 mil e 2,4 milhões de transexuais no país. Diante desse elevado índice, são necessários maiores estudos relacionados à saúde dessa parcela da população e o entendimento dos desafios que ela enfrenta no Sistema Único de Saúde.

A priori, é importante a compreensão de certas questões e conceitos para melhor análise do processo transexualizador. Entende-se gênero como "uma construção cultural sobre a organização social da relação entre os sexos, traduzida por dispositivos e ações materiais e simbólicas, físicas e mentais" (GOMES, 2008, p.64). Dessa forma, há uma distinção social entre "masculino" e "feminino" por meio de comportamentos e definições de papéis. Diante do exposto, conceitua-se transexuais como pessoas que não se identificam com o gênero que lhes é socialmente imposto por meio do sexo biológico, logo ela é tida como uma questão de identidade, de reconhecimento tanto fisicamente, quanto socialmente do que é caracterizado como masculino ou feminino. Para melhor elucidar: mulher transexual é uma pessoa de sexo biológico masculino que se identifica enquanto mulher; homem transexual é uma pessoa de sexo biológico feminino e que se identifica enquanto homem.

No que tange ao processo transexualizador no SUS, pode-se dizer que ele foi inicialmente abordado pela Resolução 1482/1997 do Conselho Federal de Medicina, que teve por finalidade a autorização do livre exercício médico sobre os corpos trans com fins de modificações corporais para o trânsito no gênero. A partir dessa resolução com suas normas

e regras, passou-se a autorizar a oferta de hormonioterapia e cirurgias de alteração fenotípica e genital em hospitais brasileiros públicos e habilitados para pesquisa. Novos marcos foram a implementação das Portarias número 1707, assim o Ministério da Saúde (MS) criou o Processo Transexualizador do SUS (PTSUS) em 2008, e a portaria número 1.579, em 2013, e da Política Nacional de Saúde Integral LGBT, em 2013. Com essas publicações, de âmbito nacional, foi possível atender a algumas das demandas da população transexual no Brasil, principalmente nos âmbitos secundário e terciário da saúde.

Tais documentos representam um claro avanço e vitória dos movimentos sociais que lutam pela visibilidade e conquista de direitos transexuais. A partir destas e de outras declarações do Estado, foram implementadas e regulamentadas terapias redesignadoras no âmbito da saúde pública no Brasil, como a hormonioterapia e as cirurgias de readequação corporal. São possíveis duas modalidades de habilitação: ambulatorial, que oferece “acompanhamento clínico, acompanhamento pré e pós-operatório e hormonioterapia”, e hospitalar, com “realização de cirurgias e acompanhamento pré e pós-operatório”

Contudo, ainda existem muitos obstáculos para que esse processo e o cuidado à saúde LGBT+, de forma geral, seja realizado de forma mais adequada, integral e respeitosa àquele que o busca. Como exemplos, tem-se a patologização da transexualidade, a dificuldade de acesso e aceitação social do nome social, a imperícia em protocolos clínicos do processo transexualizador, a negligência às situações de risco às quais essa minoria social está exposta e a discriminação direta.

A resolução do CFM no 1652/201026, tomada por referência pela portaria MS no 2.803/2013, definiu o paciente transexual como “portador de desvio psicológico permanente de identidade sexual, com rejeição do fenótipo e tendência à automutilação e/ou autoextermínio” e determinou como critérios diagnósticos: “1) Desconforto com o sexo anatômico natural; 2) Desejo expresso de eliminar os genitais, perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto; 3) Permanência desses distúrbios de forma contínua e consistente por, no mínimo, dois anos; 4) Ausência de outros transtornos mentais”. Através da análise da definição do paciente transexual pela portaria do MS podemos perceber o quão patologização encontra-se esta população, visto que o próprio sistema de saúde considera sua condição como um distúrbio psicológico permanente.

Ademais, a atenção primária, que objetiva coordenar todo o cuidado à saúde, ainda é alvo de pouca regulamentação e investimento no que tange à saúde do indivíduo transexual. Segundo o Ministério da Saúde, no Brasil há apenas cinco Centros de Referência e 6 serviços ambulatoriais reconhecidos para o processo transexualizador. Ainda, como agravante, eles estão localizados em grandes centros do país, de forma a negligenciar a saúde de indivíduos que não se encontram nessas localidades.

Como consequência de todo esse cenário de dificuldades e empecilhos para o acesso à saúde, e, dentro dela, às terapias redesignadoras, têm sido comum que a população transexual não busque os serviços de saúde institucionais e, sim, opte por realizar o cuidado por meio de redes alternativas. O processo transexualizador se constitui por diversas mudanças na vida da população trans, contemplando diversas alterações, incluindo ou não a escolha do nome social, mudanças físicas na estrutura corporal, como hormonioterapia, histerectomia, mastectomia, redesignação sexual, entre outras diversas mudanças.

A transição de gênero acontece com destaque no campo da linguagem, tornando a escolha do nome social e a mudança dos pronomes de tratamento tão fundamental quanto as transformações corporais. O sistema binário abrange toda a concepção de existência humana, desde seu nascimento. O pensamento é fundado, na maioria das situações, numa lógica restrita em positivo ou negativo, sim ou não, feliz ou triste, feminino ou masculino, desprezando as demais variáveis que poderiam afastar o indivíduo da resolutividade de suas questões e da lógica. A definição e a conceituação das situações gera uma sensação de controle na existência. Operando nessa lógica, desde a descoberta da gravidez de uma mãe, um dos primeiros e principais marcos, com a disponibilidade das tecnologias, é a descoberta do sexo do bebê. O que significa, um dos principais e mais marcante ponto na constituição de um ser é a sua composição enquanto feminino ou masculino dentro de uma sociedade de gênero binário e heterossexualidade compulsória.

Dentro dessa lógica, a linguagem é o principal fator constituinte das relações de gênero. Principalmente na linguagem verbal portuguesa, há uma separação sistemática entre feminino e masculino. Além disso, quando há presença do sexo masculino e deseja-se usar o plural a escolha é a terminação OS ou o artigo OS. Esse é um exemplo em como a linguagem expressa os ideais da sociedade: gênero binário com dominação masculina, traduzindo a presença da heterossexualidade e patriarcalismo. Dentro desse contexto, fica

claro que a formação de um ser se baseia expressivamente na linguagem, desde a verbal, com grande destaque, até a corporal, não verbal, constituindo-se dos jeitos, trejeitos, movimentos do corpo e aparência. Assim, em indivíduos transsexuais e travestis, modificações na linguagem verbal podem ser tão importantes quanto as modificações corporais. Portanto, a escolha do nome social, se desejada, constitui uma base importante do processo transexualizador. Dentro dessa lógica, desrespeitar o nome social de uma pessoa trans significa desumanizar o sujeito e negar sua constituição e identidade enquanto ser.

MÉTODO

Este trabalho é de natureza quantitativa e consistiu em revisão integrativa da literatura médica atual. Para nortear a pesquisa, formulou-se a seguinte questão: quais são as dificuldades enfrentadas por transexuais para ter acesso à assistência primária e ao processo transexualizador oferecido pelo SUS? A busca foi realizada em junho de 2020 nas seguintes bases: SciELO, LILACS, no MEDLINE, Campus Virtual de Saúde Pública, Base de Dados de Enfermagem e ColecionaSUS.

Os critérios de inclusão foram: 1) artigos publicados em português com resumos disponíveis; 2) artigos publicados nos últimos cinco anos; e 3) estudos empíricos e/ou de revisão de literatura. Foram excluídos artigos que, mesmo tratando das dificuldades vividas pelos transexuais, não se relacionassem com o SUS ou que abordassem o SUS sem mencionar as dificuldades vividas por essa população. As seguintes palavras-chave, extraídas dos Descritores em Ciências da Saúde, foram utilizadas: “Sistema Único de Saúde”, “pessoas transgênero” e “atenção à saúde”.

Os artigos encontrados passaram por triagem mediante a leitura dos resumos, sendo analisados completamente apenas os que atendiam aos três critérios de inclusão. Os trabalhos selecionados foram então copiados das bibliotecas virtuais e organizados conforme a ordem de seleção. Depois disso, cada artigo foi lido integralmente e os dados foram analisados por meio da estatística descritiva.

RESULTADOS

Quadro 1. Artigos encontrados, selecionados e lidos segundo título, ano, local de publicação, metodologia e palavras-chave. Outubro, 2019.

Título	Ano	Local	Metodologia	Palavras-chave
Atenção integral à saúde e diversidade sexual no processo transexualizador do SUS: avanços, impasses e desafios	2009	Physys: Revista de Saúde Coletiva	Qualitativa - Análise crítica da norma sobre o Processo Transexualizador do SUS, abordando o contexto de avanços, impasses e desafios na instituição de tal política pública. Além disso, o artigo remete a judicialização e o compromisso com o programa governamental brasileiro “Brasil sem homofobia”.	Transexualidade; homofobia; diversidade sexual; heteronormatividade; travestis.
Atenção integral à saúde e diversidade sexual no processo transexualizador do SUS: avanços, impasses e desafios	2009	Physys: Revista de Saúde Coletiva	Qualitativa - Análise crítica da norma sobre o Processo Transexualizador do SUS, abordando o contexto de avanços, impasses e desafios na instituição de tal política pública. Além disso, o artigo remete a judicialização e o compromisso com o programa governamental brasileiro “Brasil sem homofobia”.	Transexualidade; homofobia; diversidade sexual; heteronormatividade; travestis.
Transexualidade: aspectos psicológicos e novas demandas ao setor saúde	2012	Interface: comunicação, saúde e educação	Qualitativa - Pesquisa de caráter exploratório, visando o estabelecimento de um relacionamento e, assim, facilitar o acesso a informações mais subjetivas e com maior riqueza de detalhes. Como sujeitos participantes, tem-se dois homens e duas mulheres transexuais indicados pela Associação de Travestis e Transexuais (ATRAS).	Transexualidade; transgenitalização; sexo; gênero; SUS.
Transexualidade: aspectos psicológicos e novas demandas ao setor saúde	2012	Interface: comunicação, saúde e educação	Qualitativa - Pesquisa de caráter exploratório, visando o estabelecimento de um relacionamento e, assim, facilitar o acesso a informações mais subjetivas e com maior riqueza de detalhes. Como sujeitos participantes, tem-se dois homens e duas mulheres transexuais indicados pela Associação de Travestis e Transexuais (ATRAS). 499	Transexualidade; transgenitalização; sexo; gênero; SUS.
Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral	2013	Sistema de Informação Científica Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal Revista Latinoamericana	Qualitativo: revisões teórico-conceituais	Transexualidade; despatologização; políticas públicas; saúde; atenção integral

à saúde de transexuais no Brasil				
A clínica em movimento na saúde de TTTS: caminho para materialização do SUS entre travestis, transsexuais e transgêneros	2013	Revista saúde em debate.	Qualitativo: estudo teórico conceitual.	Transexualidade; Identidade de gênero; Políticas públicas.
O processo transexualizador no SUS - implicações bioéticas	2013	Revista Brasileira de Bioética	Qualitativa - Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com cinco mulheres transexuais submetidas à cirurgia de transgenitalização através do Processo Transexualizador no âmbito do SUS. Foram coletados dados gerais e dados específicos sobre o processo por meio de 14 perguntas. A amostra foi construída a partir da indicação por pessoas ligadas ao movimento de transexuais de Goiânia e pelas próprias entrevistadas.	Transexualidade; discriminação; autonomia; universalidade; bioética.
Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil	2013	Sistema de Informação Científica Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal Revista Latinoamericana	Qualitativo: revisões teórico-conceituais	Transexualidade; despatologização; políticas públicas; saúde; atenção integral
A clínica em movimento na saúde de TTTS: caminho para materialização do SUS entre travestis, transsexuais e transgêneros	2013	Revista saúde em debate.	Qualitativo: estudo teórico conceitual.	Transexualidade; Identidade de gênero; Políticas públicas.
O processo transexualizador no SUS - implicações bioéticas	2013	Revista Brasileira de Bioética	Qualitativa - Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com cinco mulheres transexuais submetidas à cirurgia de transgenitalização através do Processo Transexualizador no âmbito do SUS. Foram coletados dados gerais e dados específicos sobre o processo por meio de 14 perguntas. A amostra foi construída a partir	Transexualidade; discriminação; autonomia; universalidade; bioética.

			da indicação por pessoas ligadas ao movimento de transexuais de Goiânia e pelas próprias entrevistadas.	
Sobre os obstáculos discursivos para a atenção integral e humanizada à saúde de pessoas transexuais	2014	Sistema de Informação Científica Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal Revista Latinoamericana	Qualitativo Esse estudo analisa as experiências cotidianas de pessoas transexuais e suas perspectivas sobre o processo transexualizador, que é discutido com base em relatos de segunda mão fornecidos por pessoas transexuais a pesquisadores/as sobre suas relações com as equipes médicas.	Processo Transexualizador; análise do discurso; humanização; integralidade; despatologização
Sobre os obstáculos discursivos para a atenção integral e humanizada à saúde de pessoas transexuais	2014	Sistema de Informação Científica Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal Revista Latinoamericana	Qualitativo Esse estudo analisa as experiências cotidianas de pessoas transexuais e suas perspectivas sobre o processo transexualizador, que é discutido com base em relatos de segunda mão fornecidos por pessoas transexuais a pesquisadores/as sobre suas relações com as equipes médicas.	Processo Transexualizador; análise do discurso; humanização; integralidade; despatologização
A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transexualizador (PrTr) no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios	2016	Revista Ciência & Saúde Coletiva	Qualitativa e Quantitativa - A pesquisa exploratória combinou métodos quanti e qualitativos (sete meses - dezembro de 2015 a junho de 2016 - de estudo), tomando como base metodológica a proposta normativa de pesquisa de avaliação de programas e sistemas de saúde.	Políticas públicas, Pessoas transgênero, Procedimentos de readequação sexual
Os processos de harmonização e a produção do cuidado em saúde na transexualidade masculina	2016	Sexualidad, salud y sociedad	Qualitativa: dados produzidos a partir de relatos de homens transexuais 501	Transexuais masculinos; hormônios; dispositivo; processo de subjetivação; cuidado em saúde.
Receita para se tornar um "transexual verdadeiro": discurso, interação e (des)identificação no processo transexualizador	2016	Trabalho em Linguística Aplicada	Qualitativa: análise do discurso de 5 consultas gravadas entre pacientes transexuais e psicólogos no processo transexualizador	Análise de discurso; cuidado à saúde; análise interacional; trajetórias de

				socialização; despatologização.
Pessoas trans na atenção primária: análise preliminar da implantação no município de Florianópolis, 2015.	2016	Periódico Saúde e Transformação Social (UFSC)	Qualitativa - Entrevistas gravadas com 14 pessoas trans, realizadas após consultas médicas em uma ESF de Florianópolis, Santa Catarina.	Atenção primária; LGBT; transgêneros; transexuais; travestis.
A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transsexualizador (PrTr) no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios	2016	Revista Ciência & Saúde Coletiva	Qualitativa e Quantitativa - A pesquisa exploratória combinou métodos quanti e qualitativos (sete meses - dezembro de 2015 a junho de 2016 - de estudo), tomando como base metodológica a proposta normativa de pesquisa de avaliação de programas e sistemas de saúde.	Políticas públicas, Pessoas transgênero, Procedimentos de readequação sexual
Os processos de harmonização e a produção do cuidado em saúde na transexualidade masculina	2016	Sexualidad, salud y sociedad	Qualitativa: dados produzidos a partir de relatos de homens transexuais	Transexuais masculinos; hormônios; dispositivo; processo de subjetivação; cuidado em saúde.
Receita para se tornar um "transexual verdadeiro": discurso, interação e (des)identificação no processo transsexualizador	2016	Trabalho em Linguística Aplicada	Qualitativa: análise do discurso de 5 consultas gravadas entre pacientes transexuais e psicólogos no processo transsexualizador	Análise de discurso; cuidado à saúde; análise interacional; trajetórias de socialização; despatologização.
Pessoas trans na atenção primária: análise preliminar da implantação no município de Florianópolis, 2015.	2016	Periódico Saúde e Transformação Social (UFSC)	502 Qualitativa - Entrevistas gravadas com 14 pessoas trans, realizadas após consultas médicas em uma ESF de Florianópolis, Santa Catarina.	Atenção primária; LGBT; transgêneros; transexuais; travestis.

Processo Transexualizador no SUS: Um mecanismo de garantia da inclusão e plena dignidade de transgêneros e travestis	2017	Anais do Encontro Nacional de Pós-Graduação - VI ENPG Vol.I - UNISANTA	Qualitativa - Método dedutivo, baseado em pesquisas bibliográficas, dados fornecidos pelo Ministério da Saúde e legislação aplicável. A pesquisa buscou identificar a amplitude da atuação do SUS no acolhimento dos indivíduos transgêneros.	SUS; transexualidade; dignidade; direito a saúde; identidade de gênero.
Uso do nome social no SUS: elemento para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais	2017	Physis: Revista de Saúde Coletiva	Qualitativa: ensaio teórico; estudo formal de base discursiva	Pessoas transgênero; identidade de gênero; integralidade em saúde
Processo Transexualizador no SUS: Um mecanismo de garantia da inclusão e plena dignidade de transgêneros e travestis	2017	Anais do Encontro Nacional de Pós-Graduação - VI ENPG Vol.I - UNISANTA	Qualitativa - Método dedutivo, baseado em pesquisas bibliográficas, dados fornecidos pelo Ministério da Saúde e legislação aplicável. A pesquisa buscou identificar a amplitude da atuação do SUS no acolhimento dos indivíduos transgêneros.	SUS; transexualidade; dignidade; direito a saúde; identidade de gênero.
Uso do nome social no SUS: elemento para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais	2017	Physis: Revista de Saúde Coletiva	Qualitativa: ensaio teórico; estudo formal de base discursiva	Pessoas transgênero; identidade de gênero; integralidade em saúde
O que esperam pessoas trans do Sistema Único de Saúde?	2018	Interface (Botucatu)	Qualitativa - Dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, gravadas em áudio digital e orientadas por um roteiro. Foi entregue a cada entrevistado uma cópia do roteiro e sugerido que escrevessem nele, se assim desejassem. Também foi utilizado diário de campo para gravar impressões dos pesquisadores.	Pessoas transgênero; Acesso; Saúde; Corpo; Gênero; Sistema Único de Saúde.
Disforia de Gênero em crianças: revisão integrativa da literatura e recomendações para o manejo na Atenção Primária à Saúde	2018	Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade	Qualitativa - Revisão integrativa da literatura utilizando termos MeSH nas bases de dados Pubmed, Medline, Lilacs e Scielo para artigos publicados entre 2008 e 2018 que utilizaram crianças transgêneras em suas análises. Com base nos artigos selecionados, foram identificadas recomendações para o	Identidade de Gênero; Saúde e Gênero; Pessoas Transgênero; Disforia de Gênero; Criança

			manejo das famílias e crianças com Disforia de Gênero na Atenção Primária à Saúde.	
Questões para o trabalho profissional do Assistente Social no processo transexualizador	2018	Revista de saúde coletiva	Qualitativa - Reflete-se as possibilidades ao trabalho profissional dos(as) assistentes sociais no processo transexualizador brasileiro a partir de uma pesquisa documental em resoluções e dispositivos ético-políticos produzidos pelo Serviço Social brasileiro.	Transexualidade. Gênero. Sexualidade. Trabalho profissional. Serviço Social.
O que esperam pessoas trans do Sistema Único de Saúde?	2018	Interface (Botucatu)	Qualitativa - Dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, gravadas em áudio digital e orientadas por um roteiro. Foi entregue a cada entrevistado uma cópia do roteiro e sugerido que escrevessem nele, se assim desejassem. Também foi utilizado diário de campo para gravar impressões dos pesquisadores.	Pessoas transgênero; Acesso; Saúde; Corpo; Gênero; Sistema Único de Saúde.
Disforia de Gênero em crianças: revisão integrativa da literatura e recomendações para o manejo na Atenção Primária à Saúde	2018	Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade	Qualitativa - Revisão integrativa da literatura utilizando termos MeSH nas bases de dados Pubmed, Medline, Lilacs e Scielo para artigos publicados entre 2008 e 2018 que utilizaram crianças transgêneras em suas análises. Com base nos artigos selecionados, foram identificadas recomendações para o manejo das famílias e crianças com Disforia de Gênero na Atenção Primária à Saúde.	Identidade de Gênero; Saúde e Gênero; Pessoas Transgênero; Disforia de Gênero; Criança
Questões para o trabalho profissional do Assistente Social no processo transexualizador	2018	Revista de saúde coletiva	Qualitativa - Reflete-se as possibilidades ao trabalho profissional dos(as) assistentes sociais no processo transexualizador brasileiro a partir de uma pesquisa documental em resoluções e dispositivos ético-políticos produzidos pelo Serviço Social brasileiro.	Transexualidade. Gênero. Sexualidade. Trabalho profissional. Serviço Social.
Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis: da formação médica a atuação profissional	2019	Revista Brasileira de Educação Médica	Qualitativa - Pesquisa exploratória e descritiva, realizada numa capital da Região Nordeste, a qual apresenta índices elevados de LGBTfobia. O estudo foi realizado em sete Unidades Básicas de Saúde (UBS), tendo como sujeitos-chave 14 médicos vinculados às unidades.	Educação Médica; Atenção Básica; Minorias Sexuais
Desafios enfrentados por pessoas trans para acessar o processo transexualizador do Sistema Único de Saúde	2019	Interface (Botucatu)	Qualitativa - pesquisa com dados produzidos a partir de entrevistas narrativas gravadas em áudio.	Acesso. Saúde. Processo transexualizador.

				Transexualidade. Gênero.
Saúde e Direitos da População Trans	2019	Caderno de Saúde Pública	Qualitativa: revisão literária de quatro artigos sobre o tema	
O acesso das pessoas transexuais e travestis à Atenção Primária à Saúde: uma revisão integrativa	2019	Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade	Qualitativa - Revisão literária de 6 artigos que abordam a temática.	Acesso aos Serviços de Saúde; Atenção Primária à Saúde; Pessoas Transgênero; Medicina de Família e Comunidade
Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis: da formação médica a atuação profissional	2019	Revista Brasileira de Educação Médica	Qualitativa - Pesquisa exploratória e descritiva, realizada numa capital da Região Nordeste, a qual apresenta índices elevados de LGBTfobia. O estudo foi realizado em sete Unidades Básicas de Saúde (UBS), tendo como sujeitos-chave 14 médicos vinculados às unidades.	Educação Médica; Atenção Básica; Minorias Sexuais
Desafios enfrentados por pessoas trans para acessar o processo transexualizador do Sistema Único de Saúde	2019	Interface (Botucatu)	Qualitativa - pesquisa com dados produzidos a partir de entrevistas narrativas gravadas em áudio.	Acesso. Saúde. Processo transexualizador. Transexualidade. Gênero.
Saúde e Direitos da População Trans	2019	Caderno de Saúde Pública	Qualitativa: revisão literária de quatro artigos sobre o tema	
O acesso das pessoas transexuais e travestis à Atenção Primária à Saúde: uma revisão integrativa	2019	Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade	Qualitativa - Revisão literária de 6 artigos que abordam a temática.	Acesso aos Serviços de Saúde; Atenção Primária à Saúde; Pessoas Transgênero; Medicina de Família e Comunidade

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da lógica heterossexual e nas performances de gênero binário já pré-definidas é importante destacar que não necessariamente as mudanças estão em conjunto, podendo ser isoladas, a partir das escolhas de cada indivíduo. Por exemplo, um homem trans pode passar pelos processos de mastectomia e hormonioterapia com testosterona, mas escolher não realizar a redesignação sexual, ou escolher não usar o nome social.

A importância das mudanças corporais físicas para a população trans em contrapartida à dificuldade de acesso e disponibilidade de recursos oferecidos pelo Sistema Único de Saúde se torna uma origem de adoecimento entre as pessoas trans. O uso de hormônios em composição e dosagens inadequadas, sem acompanhamento médico, complicações a partir do uso de silicone industrial, automutilações de genitálias, além do acometimento mental devido a toda dificuldade do processo e exclusão social, são exemplos de problemas enfrentados por essa população.

Por fim, aponta-se que o processo transexualizador, ao definir o diagnóstico de transexualismo como requisito ao acesso, além de limitar aquele, contribui para o adoecimento, marginalização e discriminação da população trans: primeiro na medida em que limita o acesso ao programa, deixa a população trans refém dos possíveis processos de adoecimento e morte por automedicação e aplicações de silicone industrial. Segundo se forem consideradas as diferenças regionais e culturais brasileiras e suas influências nos processos de autodeterminação identitárias e transição no gênero. Nesse sentido, um diagnóstico universal apoiado na busca de um transexual verdadeiro, desconsiderando os atravessamentos socioculturais e históricos na autodeterminação identitária, será importante barreira para o acesso. Terceiro o processo de diagnóstico ao patologizar as identidades de gênero trans reforça a marginalização dessa população, uma vez que receber um diagnóstico de transtorno é ser, de certa maneira, considerado doente, errado, disfuncional, anormal, é sofrer certo estigma social em consequência desse diagnóstico, contribuindo também para a invisibilidade da população transexual, que não possui um discurso atrelado pela repulsa ao próprio corpo, bem como não apresenta a cirurgia de redesignação sexual como meta terapêutica.

Faz-se necessário conhecer o cenário do processo transexualizador em localidades diferentes; debater os comportamentos de risco à saúde (CRS) adotados devido à falta de

oferta e acesso ao Sistema Único de Saúde por indivíduos que já passaram ou desejam realizar processo transexualizador; destacar o papel do Sistema Único de Saúde na oferta de serviços à população transexual e de travestis; traçar o perfil sociodemográfico destes sujeit@s; quais alternativas mais usam; garantir o direito ser quem quiser ser, reconhecendo-se no mundo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G.; MURTA, D.; Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. *Sex., Salud Soc. (Rio J.)* [online] n.14 . ago. 2013 . pp.380-407. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-64872013000200017> >

ANDRADE, Thaís C. Oliva Rufino; ANDRADE, Paulo A. Rufino de. Processo Transexualizador no SUS: Um mecanismo de garantia da inclusão e plena dignidade de transgêneros e travestis. *Anais do Encontro Nacional de Pós-Graduação – VI ENPG Vol.1 (2017)*.

BORBA, Rodrigo. RECEITA PARA SE TORNAR UM "TRANSEXUAL VERDADEIRO": DISCURSO, INTERAÇÃO E (DES)IDENTIFICAÇÃO NO PROCESSO TRANSEXUALIZADOR. *Trab. linguist. apl. vol.55 no.1 Campinas Jan./Apr. 2016* <http://dx.doi.org/10.1590/010318135029178631>

BORBA, Rodrigo. Sobre os obstáculos discursivos para a atenção integral e humanizada à saúde de pessoas transexuais. *Sex., Salud Soc. (Rio J.)* [online]. 2014, n.17, pp.66-97. ISSN 1984-6487. <http://dx.doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2014.17.06.a>.

FREIRE, Eduardo Corsino; ARAUJO, Fátima Cristina Alves de; SOUZA, Ândrea Cardoso de and MARQUES, Dalvani. A clínica em movimento na saúde de TTTs: caminho para materialização do sus entre travestis, transsexuais e transgêneros. *Saúde debate* [online]. 2013, vol.37, n.98, pp.477-484. ISSN 0103-1104. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-11042013000300011>.

LIMA, Fátima et al. Os processos de hormonização e a produção do cuidado em saúde na transexualidade masculina. *Sex., Salud Soc. (Rio J.)* no.23 Rio de Janeiro May/Aug. 2016 <http://dx.doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2016.23.07.a>

LIONCO, Tatiana. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. *Physis* [online]. 2009, vol.19, n.1, pp.43-63.

MARIANO, Tatiana da Silva Oliveira; PIRES, Rodrigo Otávio Moretti. Disforia de Gênero em crianças: revisão integrativa da literatura e recomendações para o manejo na Atenção Primária à Saúde. *Rev. bras. med. fam. comunidade* ; 13(40): 1-11, jan.-dez. 2018. ilus, Graf.

MONTEIRO, Simone et al. Saúde e direitos da população trans. *Cad. Cad. Saúde Pública* vol.35 no.4 Rio de Janeiro 2019 Epub Apr 08, 2019 <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00047119>

NEGREIROS, Flávia Rachel Nogueira de et al. Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais: da Formação Médica à Atuação Profissional. *Rev. bras. educ. med.* [online]. 2019, vol.43, n.1, pp.23-31. ISSN 0100-5502. <http://dx.doi.org/10.1590/1981-52712015v43n1rb20180075>.

PEREIRA LBC, CHAZAN ACS. O Acesso das Pessoas Transexuais e Travestis à Atenção Primária à Saúde: uma revisão integrativa. *Rev Bras Med Fam Comunidade.* 2019;14(41):1795.

POPADIUK, Gianna Schreiber; OLIVEIRA, Daniel Canavese and SIGNORELLI, Marcos Claudio. A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2017, vol.22, n.5, pp.1509-1520. ISSN 1413-8123. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017225.32782016>.

ROCON, Pablo Cardozo et al. **O que esperam pessoas trans do Sistema Único de Saúde?**. *Interface (Botucatu)* [online]. 2018, vol.22, n.64, pp.43-53. Epub Dec 07, 2017. ISSN 1414-3283. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622016.0712>.

ROCON, Pablo Cardozo; SODRE, Francis; DUARTE, Marco José de Oliveira. Questões para o trabalho profissional do Assistente Social no processo transexualizador. *Rev. katálysis*, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 523-533, dez. 2018. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802018000300523&lng=pt&nrm=iso.

ROCON PC, Sodré F, Rodrigues A, Barros MEB, Wandekoken. Desafios enfrentados por pessoas trans para acessar o processo transexualizador do Sistema Único de Saúde. *Interface (Botucatu).* 2019; 23: e180633 <https://doi.org/10.1590/Interface.180633>

ROGER, J., TESSER-JÚNIOR, Z. C., MORETTI-PIRES, R. O. & Kovaleski (2016). Pessoas Trans na Atenção Primária: análise preliminar da implantação no município de Florianópolis, 2015. *Saúde & Transformação Social*, 7 (3), 49-58.

SAMPAIO, L.L.P.; COELHO, M.T.Á.D. Transexualidade: aspectos psicológicos e novas demandas ao setor saúde. *Interface - Comunic., Saude, Educ.*, v.16, n.42, p.637-49, jul./set. 2012.

SILVA, Lívia Karoline Moraes da et al. Uso do nome social no Sistema Único de Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais. *Physis* vol.27 no.3 Rio de Janeiro July/Sept. 2017 <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312017000300023>

SOUZA J.; LACERDA T.; MANCHOLA CASTILLO C.; GARRAFA V. O Processo Transexualizador no SUS - implicações bioéticas. *Revista Brasileira de Bioética*, v. 9, n. 1-4, p. 34-53, II.